

A Capacidade de Adaptação do Capitalismo e o Imperativo de uma Ética Ambiental: um Estudo de Geografia Política e Meio Ambiente

Herbert Schutzer¹

Resumo

Este trabalho pretende trazer para a discussão a questão dos paradigmas do liberalismo econômico diante da questão ambiental enfrentados pela sociedade atual, que colocam em cheque o modelo de reprodução capitalista, extremamente prejudicial ao meio ambiente por não ter, até agora, efetivado uma política contundente no sentido de preservar os componentes do ambiente natural que utiliza para produzir. Averiguar algumas das práticas capitalistas e procurar adaptar os mecanismos de intervenção sob a ideia da sustentabilidade, passando pela elaboração de uma nova ética para a sociedade humana, que significa uma mudança do modelo de intervenção e, portanto, uma nova forma de ver o meio ambiente, respeitando as outras formas de vida devido a sua importância para o conjunto do planeta. Assim, num quadro de sérias perturbações ambientais que colocam em risco a humanidade, discutir os valores éticos torna-se urgente para se planejar o futuro.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Meio Ambiente; Geografia Política.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo llevar el tema a la discusión de los paradigmas del liberalismo económico frente a los problemas ambientales que enfrenta la sociedad actual, que ponen en duda el modelo de reproducción capitalista, muy perjudicial para el medio ambiente al no tener hasta el momento, eficaz en la política convincente para preservar el entorno natural de los componentes que utiliza para producir. Comprobar algunas de las prácticas capitalistas en la búsqueda de adaptar los mecanismos de intervención en la idea de sostenibilidad es el desarrollo de una nueva ética para la sociedad humana, lo que significa un cambio en el modelo de intervención y por lo tanto una nueva forma de ver el medio ambiente, respetando otras formas de vida debido a su importancia para todo el planeta. Por lo tanto, en un contexto de graves perturbaciones ambientales que ponen en peligro la humanidad, discutir los valores éticos es imprescindible para planificar el futuro.

Palabras clave: Sostenibilidad; Medio Ambiente; Geografía Política.

Introdução

Na atualidade, muitas são as transformações climáticas e ambientais que estão se operando por todo o planeta. Os efeitos de origem natural estão sendo potencializados pela adição de inúmeros elementos produzidos pelo homem na sua busca pela subsistência. As temperaturas nos dois hemisférios estão sofrendo mudanças abruptas, com extremos cada vez maiores de calor e frio, que acabam por afetar os ecossistemas locais e mundiais. Observa-se, hoje, um verão extremamente escaldante em áreas cujas temperaturas não passavam do 35°C até pouco tempo atrás, e que hoje podem atingir os 46°C, tornando crítica a sobrevivência nestes lugares.

¹ Graduado e Licenciado em Ciências Sociais (USP), pós-graduado em Política e Relações Internacionais (FESPSP) e mestre em Geografia (USP). Docente da Estácio/UniRadial-SP. E-mail hschutzer@globocom

Essas modificações repentinas são causadas por profundas e rápidas alterações no equilíbrio dinâmico do planeta, cujos efeitos se fazem sentir tão dramaticamente na atualidade. A sociedade humana vem há mais de um século inserida num modo de produção de grande intensidade, que gerou uma série de confortos, amenizando algumas formas de sobrevivência, ainda que restritos a grupos e países privilegiados, mas a contrapartida desse conforto foi a deterioração do planeta como um todo. O paradigma do desenvolvimento atravessou o mundo e as sociedades foram se modificando, contudo, a natureza vem dando os sinais de suas limitações materiais, o que exige reflexões sobre as formas que desenvolvemos para garantir nossa sobrevivência.

As discussões sobre a construção de uma nova ética para a sociedade humana ganham cada vez mais fóruns, que debatem a necessidade da preservação ambiental, em função dos impactos produzidos pelo modo de reprodução da subsistência que o sistema capitalista empreende sobre meio natural. Aonde o conceito de modernidade² adotado impõe um ritmo acelerado e perverso, fundado na produção de novidades e que, nem sempre, é planejada dentro de uma cadeia que inclua a produção e a reciclagem dos produtos projetados, com consequências danosas ao meio natural, colocando em risco a vida de todos os seres vivos no planeta, inclusive a do homem.

Nesse sentido, necessitamos repensar os valores para o meio ambiente, que possam ser discutidos e reelaborados para contribuírem na a organização da sociedade humana, de forma a reverter os riscos da calamidade ecológica entre outros. Assim, a Geografia Política passa a ter uma imperativa função analítica para a construção/compreensão de um novo modelo organizacional, que não pode prescindir do espaço, onde novas formas de poder irão se manifestar com novas geoestratégias. Os pressupostos da ciência geográfica permitem a interação homem-espaço, e a construção de uma ética ambiental implica na alteração das relações vigentes e, conseqüentemente, na desconstrução-construção de uma nova ética.

Dessa forma, as discussões sobre ética ambiental e suas correntes de pensamento, colocam frente a frente os paradigmas que estão vinculados às formas atuais de dominação – o sistema capitalista e seus paradigmas – e as correntes vinculadas à construção de uma nova ética humana ou ambiental, necessárias para evitar a degradação imposta ao planeta pelo modo de reprodução da subsistência moderno.

Os debates ambientais empreendidos, tanto na busca de uma nova ética quanto aqueles que procuram adequar o sistema capitalista a proposta ambientalista, apresentam uma importância ímpar para o futuro sociedade e dos outros organismos e seus modos de vida. A humanidade necessita tomar consciência das implicações de sua forma de organização, de ação e compreender a

² Aqui adotamos o conceito de Antony Giddens em “As Conseqüências da Modernidade”, que enfatiza ser o Estado-Nação e a produção capitalista sistemática o conjunto institucional da modernidade ocidental.

importância da construção de uma nova ética inclusiva do meio ambiente em seu escopo. É preciso passar a pensar conjuntamente a vida no planeta, não fazendo distinção entre o ser humano e as demais formas de vida, colocando dentro a ordem natural indistintamente de sua importância no ciclo da dinâmica de vida do planeta. Essa nova visão de mundo pressupõe que se reelabore o conjunto de valores explicitados pela modernidade capitalista e se priorize a ética ambiental sem deixar de considerar as formas de poder inerentes às sociedades.

O Espaço apropriado pelo Homem

Para a efetivação do estudo da ação do homem sobre o meio ambiente, de modo a levar ao entendimento dos processos a que estes estão submetidos, deve-se considerar um pressuposto importante no dizer de Ratzel (1891)³:

Se considerarmos o homem dentro do quadro geral da vida terrestre, não nos será possível compreender o papel que ele ocupa na Terra, a não ser seguindo aquele mesmo método do qual nos valem para estudar a difusão das plantas e dos animais.

Estabelecer as relações intrínsecas entre o mundo humano e o mundo natural. Para dessa forma, compreender a premissa filosófica e, também, geográfica que lhe dá embasamento para transformar o panorama terrestre individual e coletivamente. Ou seja, observar a totalidade do território em suas várias dimensões e buscado a interação entre elas.

Quando a geografia se aproxima do exame destes fenômenos ela entra em contato com a história, que considera o solo como a pátria do cidadão, enquanto aquela o vê como a pátria da humanidade. Também a história considera a humanidade em movimento, embora não costume avançar através do estudo desta até o exame do território, enquanto a geografia, ao contrário, não ignora jamais sua presença. (RATZEL, apud MORAES, 1992, p. 84).

O Estado nacional fundamenta suas ações sobre um território e o positivismo apropriado pela elite que o dominou construiu o arcabouço legal para sua reprodução e, por meio dele, o direito de apropriação da Natureza que levou à construção de seus valores individualistas e à formação de uma sociedade de consumo, fundamentada não mais nas necessidades imperativas, mas no consumo de supérfluos, sem nenhuma preocupação com as origens materiais dos bens de consumo e muito menos com seu destino pós-uso:

Não deveríamos encontrar esta diferença também no caso do maior corpo natural que conhecemos, isto é, nosso planeta, embora saibamos que nosso conhecimento dele é ainda e apenas superficial? ... E, como conciliar esta abordagem global de nosso planeta com o que sabemos de tudo que nele vive, grupos humanos e outros seres vivos; com o que conhecemos de aventura do homem nesse planeta; e como

³ Disponível em: <http://novodicionariodegeografia.blogspot.com/2007/07/ratzel-friedrich-o-elemento-humano-na.html>

conseguir esta conciliação se concebemos o globo como o lugar e a morada que oferecem ao homem, durante o tempo de sua passagem na Terra, a base necessária ao seu desenvolvimento? (RITTER, 1850, n.d.)⁴.

Outros elementos associados a essa prática econômica parecem desconectados de seus princípios fundamentais, como a liberdade e a democracia, que incorporados pelo pensamento moderno racionalista e cientificista substanciaram a ação predatória da sociedade ocidental sobre o meio ambiente. A apropriação do meio ambiente pelo capital não respeita os valores e as diferenças das comunidades locais, muito pelo contrário, impõe-se sobre eles num processo de aculturação perverso de maxi-exploração do meio ambiente e do homem.

Nesse sentido, a clivagem entre ricos e pobres, mesmo numa era de mundialização sistêmica, aumentou quando o racionalismo econômico e o discurso capitalista tenta quantificar o valor dos bens naturais (LEFF, 2001). Os bens naturais estão submetidos a valores subjetivos, determinados pelo ambiente natural e social onde se localizam e, por isso, a situação requer um reequacionamento da percepção ecológica de maneira que se possa reduzir essa desigual utilização dos bens naturais. A utilização desigual fez surgir modelos compensatórios, que nem sempre são satisfatórios, pois o meio ambiente requer a elaboração de novos paradigmas de reprodução da subsistência econômica para a humanidade.

Nessa perspectiva, a elaboração de uma nova ética ambiental passou a ter um caráter urgente, pois as transformações no ambiente estão se acelerando em várias partes do planeta, com consequências locais e universais, de modo a buscar alternativas para reduzir ou evitar seu impacto e que se tenha em conta a diversidade cultural para o uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, como afirmou Ratzel (apud MORAES, 1992, p. 101):

A geografia já se ocupava com predileção particular do homem e de suas obras muito antes que os fenômenos resultantes da união do homem com a Terra fossem, pelo menos em parte, atribuídos ao seu estudo; e isto por uma razão de ordem exterior.

Muitas são as sociedades que mantêm seus modos de vida em compasso com a natureza, procurando apenas o necessário à subsistência, numericamente podem ser insignificantes nos continentes mais desenvolvidos, mas ainda são expressivos em outros. Até o início deste milênio mais da metade da população mundial vivia no ambiente rural, porém apenas 5% praticavam agricultura de subsistência (SALVADOR, 2003, p. 479), mas ocupavam uma vasta área da superfície terrestre. A globalização exerce pressão sobre o mundo rural para aumentar a produtividade, exigindo uma unicidade das técnicas produtivas em busca da uma mais-valia global (SANTOS, 2004, p. 204), sem as contrapartidas ambientais e essa ação exige leituras dos valores

⁴ Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/ritter.pdf>

das comunidades em relação ao meio ambiente em que vivem. Pode-se perceber que essa nova visão sobre a necessidade da preservação do meio ambiente vem, muito lentamente, ganhando espaço nas sociedades e deve colocar em cheque os paradigmas do capitalismo. Portanto o que Francis Fukuyama (1989) afirmava como sendo o “fim da história” – a prevalência do capitalismo –, não tinha em conta a questão ambiental, muito embora o tema esteja em pauta desde a Conferência de Estocolmo, em 1972.

No seio deste contexto, da mundialização da produção capitalista, um novo paradigma está sendo desenvolvido em fóruns e simpósios pelo mundo, com a apresentação de novas ideias e debates, em vista do quadro assustador que se descortina com as transformações ambientais. As propostas se avolumam diante da necessidade de sobrevivência, que vem requerendo uma nova ótica e ética para o meio ambiente, de maneira que as gerações futuras não se encontrem privadas de um meio ambiente saudável, que será proporcionada pelo uso dos bens naturais de forma conservacionista e respeitando os biomas e as formas como cada sociedade se apropria dele, no sentido de sua preservação;

Poder e Território

O homem na busca constante pela sobrevivência estabelece relações com o solo que ele habita. Dessa maneira, a Geografia Política conseguiu compreender a importância exata do espaço terrestre, com a diferenciação entre espaço e território, como variável explicativa dos mecanismos intra e inter sociais. Neste sentido, como apresentou Moraes (1992, p. 2) utilizando as definições de Ratzel para demonstrar a pertinência da Geografia Política diante do objeto, de forma a sistematizar as categorias espaço e território

Os diferentes fatores que impulsionam o progresso de um povo, colocando-o na senda da civilização, possuem um pano de fundo comum: o ‘teatro’ onde se desenrola tal processo - a superfície da Terra. A relação do homem com o meio seria uma constante nos acontecimentos que interessam à história do homem, esse ‘ser terrestre’. Daí a visão de Ratzel da ‘unidade telúrica, entre a história da humanidade e a do planeta. A Terra é posta como substrato indispensável da vida humana, sua condição universal de existência. O espaço, segundo ele, encerra as condições de trabalho da sociedade, que aumenta progressivamente com o seu desenvolvimento. (...)O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. Observa-se que a propriedade qualifica o território, numa concepção que remonta as origens do termo na Zoologia e na Botânica (onde ele é concebido como área de dominância de uma espécie animal ou vegetal). Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe dá identidade. (MORAES, 1992, p. 2).

As categorias, assim definidas, denotam o objeto de ação de cada esfera da sociedade e para a Geografia Política são elementos cruciais na análise dos eventos humanos, uma vez que nas duas categorias se expressam escolhas humanas, cujos vetores embutidos nas decisões são políticos e sociais, portanto dependem da capacidade dirigente. Outrossim, como argumentou Milton Santos

(2004, p. 101):

(...) não temos necessidade de amarrar nossas teorizações em duas formas puras, de um lado, o objeto e de outro, o sujeito sociedade, já que 'natureza e sociedade não são mais os termos explicativos, mas, ao contrário, requerem uma explicação conjunta' – Latour, 1989.

Quando se dirige o olhar para as diversas formas de organização humana da perspectiva ratzeliana, percebe-se o uso das categorias solo e do território de um povo, para se entender as dinâmicas e visão do mundo de uma sociedade a partir das técnicas aplicadas e sua preocupação com o domínio do espaço. Sendo que os objetos técnicos não são assimétricos nas sociedades e assim distribuídos por todo o planeta. Os lugares, considerados espaços locais possuem características próprias: cultura e meio natural diferenciados. Desta forma, influenciam a criação de novos espaços geográficos, em momentos históricos diferentes. Uma determinada técnica pode ser assimilada rapidamente por todo o planeta, somente por algumas regiões ou por alguns locais específicos. Nestes lugares convivem objetos técnicos relacionados a outros períodos históricos (SANTOS, 1994). E para um estudo de geografia congruente com as análises ambientais, podemos utilizar novamente Ratzel (apud MORAES, 1992) que na obra *Antropogeografia*, procura desvelar as relações criativas e evolutivas entre o homem e o meio nas mais diversas partes do mundo.

A partir do "capital intelectual" disponível nas sociedades, o homem vem moldando o meio onde vive por intermédio do comércio, da guerra e das imigrações. As formas mais simples de organização social, como a familiar ou a tribal, podem prescindem do Estado, mas não do território, que lhes dá o sustento e nem do poder. Contudo esse poder tradicional⁵ possui limites, maiores ou menores segundo o tamanho da população que contenha. E seu crescimento populacional exige a ampliação do território posteriormente a formação do Estado (RATZEL apud MORAES, 1992, p.73). Essa estrutura de dominação passa a ser determinante na formulação das políticas que organizam o espaço e seu o modo de intervenção.

Ainda que possa não ter um poder político conduzido por um Estado, as condições de sua preservação não deixam de lado o eixo da defesa fora de sua pauta como um dos itens mais significativos. Isto pode muito bem ser apreciado através dos conflitos que as tribos, organizações que não possuem Estados para sua manutenção e preservação, empreendem quando seus territórios de caça ou pastoreio são violados, caso dos Nuer e dos Azandi, tribos da região de Afar, no Leste-Nordeste da África⁶, e que durante séculos disputam áreas de pastagem para o gado (Evans-

⁵ Segundo Max Weber: a Dominação Tradicional (onde a autoridade é, pura e simplesmente, suportada pela existência de uma fidelidade tradicional); o governante é o patriarca ou senhor, os dominados são os súditos e o funcionário é o servidor. O patriarcalismo é o tipo mais puro desta dominação. Presta-se obediência à pessoa por respeito, em virtude da tradição de uma dignidade pessoal que se julga sagrada.

⁶ Localizado no Chifre da África, territórios da Etiópia e Somália

Pritchard, 1999). Recorrendo a soluções muitas vezes violentas, as formas extremas na resolução dos conflitos territoriais demonstram as influências do solo na cultura humana.

Muito embora o mundo humano apresente diferentes formas de relacionamento o território, nenhuma é mais complexa do que a estabelecida pela sociedade moderna, que constituiu um ente abstrato – o Estado – que pressupostamente tem por uma de suas finalidades: garantir o bem estar⁷ da população (DALLARI, 1993, p. 103), as relações de poder expressas na arena da política estão fundamentadas nas relações que essas sociedades complexas estabelecem com seu território, ou com o território de outras sociedades das quais dependem, expressas simbólica e materialmente.

As práticas políticas tendem a impulsionar as atividades econômicas, que dependem fundamentalmente da disponibilidade de recursos para investimentos em infraestrutura e dos recursos naturais disponíveis no território. Isso ocorre independentemente do estágio de desenvolvimento, porém ocorrem em escalas diferentes. Os estados atuam mais fortemente ou mais fracamente como agente econômico segundo a conjuntura sistêmica do capitalismo e podem perder a capacidade com a inserção transterritorial da ação econômica (VIEIRA & VIEIRA, 2007, p. 103). Com consequências imprevisíveis para o ordenamento territorial a priori, mas, por outro lado, permitir uma convergência de objetivos na direção da preservação ambiental através de relações internacionais mais intensas e influenciáveis.

Nesse sentido, a forma de apropriação do território pelas sociedades modernas, que ocorrem que sob a égide de um sistema estatal complexo, cujas funções de agente econômico e de segurança territorial, podem ser enfraquecidas, mas não desaparecer com a evolução do sistema internacional engendrado com a globalização, sofre influências endógenas e exógenas. Assim, a dimensão territorial do estado apesar das ingerências da mundialização, continua sendo um fator importante para as geopolíticas dos governos na busca de seus objetivos socioculturais e político-econômicos.

Nova Ordem Moral

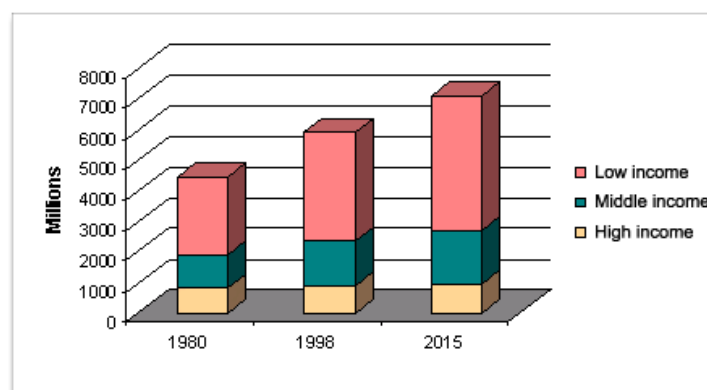
O caminho percorrido pelo capitalismo com seus ideais de bem-estar, alardeando a ideia de progresso para a sociedade e a busca do bem comum, amplamente difundido com ideias iluministas, pode não ter alcançado os objetivos, devido à existência de uma pobreza dramática mesmo em nações mais desenvolvidas. Fato que induz a necessidade da filosofia nesse debate para ajudar a

⁷Com base em todas as teorias vistas, é certo que o Estado sempre terá um fim, um objetivo. Pode-se dizer que o Estado é formado pela vontade dos indivíduos e dessa forma, o fim do Estado não pode se afastar da busca de condições essenciais para que cada indivíduo possa alcançar seus fins particulares. Dessa forma, pode-se dizer que o Estado tem como fim geral o bem comum. E o conceito desse bem comum vai variar em relação aos interesses, cultura e objetivos de cada povo, que se encontra num determinado território. Para que o Estado possa atingir os seus objetivos, deverá ser feito um juízo de ponderação entre as necessidades sociais e as possibilidades, pois caberá ao Estado suprir essas necessidades, mas dentro dos limites da possibilidade. Como os recursos se esgotam e as necessidades excedem em muito os recursos colocados à satisfação das mesmas, há de ser feita, pelo Estado, uma lista de prioridades, atendendo, em primeiro lugar, as necessidades ditas como essenciais.

encontrar respostas, no seio da diversidade de análises a respeito, para esse dilema de maneira que as sociedades possam, através da reelaboração de uma nova ética socioeconômica, se for o caso, encaminhando sob novos fundamentos as ações humanas. (MORA apud REICHMANN, 2004).

A relação homem-espaco tem sido praticada a partir da ideia de superioridade humana sobre a Natureza. No entanto, a sociedade se reproduz a partir de bens escassos, sendo que seu acesso não está disponível a todos. E sua distribuição não é democrática, nem as consequências da utilização dos recursos naturais são locais, ao contrário, ela pode atingir lugares distantes da área geradoras dos impactos. Nesse sentido, o entendimento da escala dos problemas gerados pela intervenção desigual das sociedades no meio ambiente e do arcabouço de conhecimentos que dispomos para tentar reduzir a escala dos impactos passa, necessariamente, pela compreensão dos fundamentos ecológicos⁸. O incremento populacional do último século promoveu um conjunto de influências externas ao ambiente, fatores abióticos e bióticos geradores de fenômenos decorrentes da interação que afetaram em escala não imaginada e denotam a existência do desequilíbrio ambiental. Isso colocou na agenda política as questões ambientais e trouxe a ecologia, como ciência para o centro dos debates sobre o futuro sustentável das sociedades humanas. (BEGON, TOWNSEND, HARPER, 2007).

Figura 1 - Crescimento da População Mundial



Fonte: The WorldBank Group, 2011.

Em 1971, a UNESCO⁹ lançou o programa "*O Homem e a biosfera*" que, implicitamente, creditava enorme importância à uma visão mais integrada no tratamento da questão ambiental. Propunha-se, então, a formação de equipes multidisciplinares para a avaliação e formulação de soluções concretas relativas à ocupação e uso do solo. Seguiram-se as conferências internacionais sobre meio ambiente de 1972 e 1992¹⁰.

⁸ Ecologia é o estudo científico da distribuição e abundância dos organismos e das interações que determinam a distribuição e abundância. (BEGON, TOWNSEND & HARPER, 2007).

⁹ Organismo da ONU para Educação e Cultura.

¹⁰ Conferência da ONU em Estocolmo, 1972, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma);

Partindo da premissa que é necessário mudar as formas de intervenção na Natureza, sob pena de não mais podermos fazer um uso racional e/ou cultural que contemple o bem-estar do homem, a criação de uma ética ecológica e a modificação da própria ética humanista, no sentido amplo, é necessária para reorientar a ação humana em relação ao meio ambiente. Isso faz crer que, por ser imperativa para a própria sobrevivência da humanidade, ela se constituirá na superação do modelo vigente – o capitalismo e sua prática individualista/egoísta. Assim como o capitalismo superou a forma feudal de reprodução da subsistência e reciclou a forma de dominação política tradicional, com a disseminação do ideal igualitário e participativo que propôs como modelo de organização da sociedade moderna¹¹, o modelo atual pode ser superado por uma nova ordem moral e econômica. Neste contexto há defensores da necessidade de uma nova ética, uma ética ambiental, como defendeu Edward O. Wilson, entomólogo social de Harvard. No entanto, há filósofos que defendem a ideia de que não precisamos de uma nova ética ambiental, eles defendem que a ética humanista tradicional é suficiente para que ocorra um equilíbrio sustentável entre as sociedades e o meio ambiente, desde que a ética humanista seja aplicada com assiduidade para combater as crises ambientais que surgirem decorrentes dos desequilíbrios das interações (CALLICOTT apud ISSA, KWIATKOWSK, 1998).

O debate que valoriza a adoção da ética ambiental é derivado dos desajustes que se manifestam no meio natural, provocados pela intervenção humana, dá a entender que uma nova forma de ação humana se organiza para substituir a ordem dominante. Pois o capitalismo, com seu individualismo e o consumismo desmedido, fundamentado na apropriação do espaço por indivíduos e grupos que fazem uso privado dos seus recursos, levou o planeta a uma situação crítica para as diversas formas de vida e que fazem parte da dinâmica de sua própria vida:

Por outro lado, el hombre, desarrollando la técnica como complemento y mediación com la naturaleza, ha construido, frente a la biosfera, una tecnosfera que ha llegado a conformarle, y entre cuyos efectos más graves se cuenta la irreversibilidad de sus impactos sobre aquélla. (SOSA, 1990, p. 82).

Na perspectiva apresentada, as discussões sobre a elaboração dos fundamentos de uma ética ambiental ou de uma bioética encontram-se muito acaloradas, pois o embate confronta os defensores da ordem estabelecida, que vai dando sinais de esgotamento devido às injustiças sociais, principalmente a exclusão social e cultural, e da nova ordem que tenta se consolidar. Contudo o debate por uma nova ética encontra-se acalorado entre os defensores das várias correntes de pensamento, há uma barricada entre os que buscam uma nova ética, de um lado os adeptos da teoria

Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), onde se criou o conceito de desenvolvimento sustentável.

¹¹ Como Weber enxergou na “*Ética Protestante*”, desvelando os princípios fundamentais que alavancaram o capitalismo e colocaram fim ao modo de vida anterior.

moral conservadora, que não conseguem elaborar respostas contundentes para as crises ambientais, de outro os defensores da ecologia profunda¹², do ecofeminismo¹³, do ecologismo¹⁴, do ecocentrismo¹⁵, defensores de uma teoria ética para a sustentabilidade. Diante das posições almeja-se uma fundamentação conceitual que consiga dizer às sociedades o que devem e o que não podem fazer com o meio ambiente (CALLICOTT apud ISSA, KWIATKOWSK, 1998).

Os debates prosseguem em diferentes fóruns, envolvendo países ricos (Norte) e pobres (Sul), onde se procura os fundamentos filosóficos da nova ordem, mas que ainda carecem de uma integração que permita a justa manifestação dos diversos interesses culturais e sociais presentes na questão:

(...)O ritmo das discussões ambientais em escala internacional é lento, marcado por avanços e períodos de estagnação. Na década de 1970, a Conferência de Estocolmo indicou um marco importante em 1972: o debate entre zeristas e desenvolvimentistas. (RIBEIRO, 2001a).

Após dez anos os debates continuam sem que, de fato, medidas concretas e propostas teóricas tenham alcançado algum consenso, ao contrário, o contexto não se alterou. Os debates entre os defensores de cada lado continuam radicalizados em prejuízo do meio ambiente e da sociedade e sem comprometimento com as gerações futuras.

¹² Ecologia Profunda é uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedade estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos). CAPR, Fritjof. **Ecologia Profunda: um novo paradigma** Disponível em: <http://www.agenda21empresarial.com.br/arquivo/1260207542.7656-arquivo.pdf>. Acesso em: 25/07/20011.

¹³O ecofeminismo foi constituído a partir das escolas de pensamento orientadas pelos movimentos ambientalistas e feministas na década de 1970. Tem como maior preocupação relacionar as ações ambientais as mulheres dentro do movimento ambientalistas. SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem das políticas ambientais**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado, Porto Alegre. Vol. 1, No. 1, Jan/Mar, 2000. p. 61.

¹⁴O ecologismo personalista é um pensamento de inspiração monoteísta que considera a relação entre homem e natureza como uma relação de colaboração, simbiótica, de cooperação. O ser humano é superior aos outros seres, mas continua sendo dependente do meio em que vive. O homem está dentro da natureza, depende dela, porém ao mesmo tempo é dotado de uma superioridade própria, de uma perfeição que o distingue dos outros seres. O homem é corpo pessoal, “formado de la tierra y al mismo tiempo como imagen de Dios”. BALLESTEROS, Jesús. **Ecologismo Personalista**. Madri: Tecno, 1995, p. 13.

¹⁵O ecocentrismo, também denominado fisiocentrismo (concede valor intrínseco aos indivíduos naturais, na maior parte também coletividades naturais como biótipos, ecossistemas, paisagens e biocentrismo (onde o enfoque está apenas nos seres com vida, sejam individuais e coletivos considera que a natureza tem valor intrínseco: a proteção à natureza acontece em função dela mesma e não somente em razão do homem. Tendo a natureza valor em si a sua proteção muitas vezes se realizará contra o próprio homem. Os ecocentristas buscam justificar proteção à natureza afirmando que “dado à naturalidade um valor em si, a natureza é passível de valoração própria, independente de interesses econômicos, estéticos ou científicos. KÄSSMAYER, Karin. **Apontamentos sobre a ética ambiental como fundamento do direito ambiental**. EOS: Revista jurídica da Faculdade de Direito/Faculdade Dom Bosco, Curitiba, v. 1, n. 4, jul./dez. 2008, p. 140. Disponível em <http://www.dombosco.com.br/faculdade/revista_direito/1edicao-2009/eos-4-2009.pdf>. Acesso em: 13 maio 2010.

Dentre os debates mais significativos para o tema, a dicotomia antropocentrismo¹⁶-biocentrismo¹⁷, sobre a argumentação de que os antropocentristas conduzem do debate ambiental para o tema da poluição como único impacto provocado pelo sobreconsumo das sociedades e inclinar-se para outros problemas seria muito controverso, em função do debate sobre os direitos e deveres diretos e indiretos com o meio ambiente (CALLICOTT apud ISSA & KWIATKOWSK, 1998, p. 93). Essa discussão perpassa pelo que afirmou Sosa (1990, p. 105) “*Su filosofía de La acción deja abierta la puerta a los vivientes no humanos, mientras su ética da cabida a la preocupación por los seres vivos sintientes, no solo humanos.*” A questão está sendo encaminhada para a defesa de uma ética antropocêntrica ambiental, segundo as palavras do autor.

Essa nova ética deve considerar também as formas sem vida do planeta, constituídas dos mesmos elementos químicos que participam dos organismos vivos, bem como advogar pelos seres que não são capazes de se expressar, como observava Vidal de La Blache (1913, p. 11), em *Des caractères distinctifs de la Géographie*:

Os seres vêm-se associar e se unir "encontrando vantagem e proveito nas condições determinadas pela presença dos outros". Uma floresta é uma espécie de ser coletivo onde coexistem, numa harmonia provisória e não à prova de mudanças, árvores, vegetais do tipo rasteiro, cogumelos e uma multidão de hóspedes igualmente subordinados, insetos, térmitas, formigas. Assim, as coisas se apresentam a nós em grupos organizados, em associações regidas por um equilíbrio que o homem perturba incessantemente ou, conforme os casos, retifica colocando a mão. (tradução do autor).

Desta perspectiva um novo modelo ético deve conter na sua proposta o conjunto do planeta, bióticos e não bióticos, cujos debates não se encaminharam ainda nesta direção, mas que já faz parte da Geografia como podemos evidenciar com La Blache há um século. A inconsistência atual exige mais discussões para a ampliação da abrangência diante da possibilidade de um novo modelo, como

¹⁶ Na perspectiva antropocêntrica o homem é o centro das preocupações ambientais. Os seres gravitam ao redor do ser humano, conforme se tornam mais úteis e necessários à vida humana passam a ter maior importância e merecem normatizações para protegê-los. De acordo com esta visão, um bem que não seja vivo, material ou imaterial, assim como uma vida que não seja humana, poderá ter garantias ambientais na medida em que for relevante para a sua vida sadia, buscando a qualidade de vida do ser humano, visto ser este o único animal racional. Cabe ao homem a preservação das espécies, incluindo a espécie humana. MILARÉ, Edis; COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Antropocentrismo x ecocentrismo na ciência jurídica**. Revista de direito ambiental, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 9, n. 36, out./dez. 2004, p. 10. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 16.

¹⁷ Existem duas correntes biocêntricas de pensamento, a global e a mitigada, tendências são fortemente anti-antropocêntricas e holísticas, não tentando fazer analogias entre humanos e não humanos para defender suas posições. Os biocentristas globais defende que são merecedoras de consideração moral não tanto entidades individuais, mas os conjuntos sistêmicos (ecossistemas, biosfera, cadeias alimentares, fluxos energéticos). Quem possui o ponto de vista do biocentrismo mitigado é depositário de valor inerente e titular de direitos inalienáveis, não podendo sofrer alterações e interferências no curso da sua vida. Sujeitos de vida exigem respeito por razão de justiça e não por motivos de compaixão. Não podem ser reduzidos a puros objetos. Ter um ponto de vista significa possuir identidade psicofísica, ter capacidade de desejos e atuar com objetivo. Nessa categoria entram os mamíferos de um ano de vida. JUNGES, Jose Rocha. **Ética Ecológica: Antropocentrismo ou Biocentrismo?** Revista Perspectiva Teológica Belo Horizonte, 33, 2001.

afirmaram Kwiatkowska e Issa (1998, p. 93), para convencer a sociedade, deve-se construir uma ética ambiental de forma adequada aos valores morais e crenças dominantes, de maneira prática no sentido de não afetar os interesses humanos essenciais para não tornar impossível sua aplicação e, por fim, não deve perder a dimensão da necessidade da diminuição da exploração dos recursos naturais.

Outra questão que parece crucial diz respeito ao tipo de ética ecológica que se conseguirá produzir, se uma ética que reproduza a subserviência da Natureza ao homem ou uma ética da Natureza na qual o homem seja um componente como os demais seres vivos e não-vivos. O fundamental na nova ética é procurar garantir para as gerações futuras a possibilidade de desfrutar da natureza como puderam as gerações que as antecederam. Nesse sentido afirma Nicolás M. Sosa (1990, p. 92):

Sin embargo, para el tema de La Ética Ecológica, tal Vaz tenga mucha más relevancia, por cuanto La hipotéticas obligaciones que los seres humanos actuales tengamos respecto a los seres humanos por venir afectn a todo el trato y el uso que las generaciones presentes demos y hagamos de nuestro entorno global. De nuevo se plantea aqui la cuestión de la existencia de 'derechos' por parte de seres que ni siquiera existen, pero de quienes se supone fundadamente que tendrán interes em um espacio vital, aire limpio y, em general, em aquellas condiciones que permitam el desarrollo de una vida calificada como 'humana'...

A ética ecológica não se restringe a preocupações presenteístas segundo se observou nos postulados e a espécie humana parece que se aproxima da formulação do postulado das obrigações inerentes a vida humana atual para com as futuras, essa consciência vai ganhando corpo inevitavelmente diante dos impactos ambientais que assistimos, e por isso é fundamental que a nova ética se constitua em breve tempo, sob pena das gerações futuras terem de fazê-lo dentro de outro contexto ambiental.

Outro ponto importante dos debates da ética ambiental é a sua amplitude, que deve superar a ideia de desenvolvimento sustentável dentro dos padrões capitalista ou antropocêntrico. Essa proposta defendida pelos países subdesenvolvidos que pleiteiam maior participação nos benefícios derivados dos recursos naturais, que, segundo eles, não alcançaram na globalização. Nem mesmo as correntes de pensamento que defendem a matriz ecológica chamada de “economia verde”, que busca harmonizar a ética capitalista por natureza excludente, com algumas propostas dos defensores da ética ambiental, procura trazer para os debates a inserção das nações mais carentes, buscando apenas resolver problemas ambientais nos nichos produtivos. Esse tema deve fazer parte da agenda dos fóruns de discussão da ética ambiental colocando os interesses dos deserdados que sofrem segregação do consumo dos bens naturais de suas próprias terras, e que pelas condições precárias que vivem, também acabam por representar uma ameaça ao meio ambiente, principalmente devido

ao tradicionalismo de suas técnicas de subsistência, como afirmou Riechmann (2004, p. 18):

La pobreza y la injusticia social son los signos más eloquentes del malestar de nuestra cultura, y están asociadas directa o indirectamente con el deterioro ecológico a escala planetaria y son el resultado de procesos históricos de exclusión económica, política, social y cultural.

As aspirações do espírito humano de liberdade e igualdade não podem prescindir da inclusão dos deserdados da globalização e deve promover um diálogo dos saberes, onde a ciência deve se constituir em um instrumento de bem-estar coletivo/comum e não servir a interesses econômicos e políticos que mantêm o *status quo* das camadas detentoras do poder político. Por isso, convém colocar em discussão a ética da ciência no que se refere às pesquisas básicas e aplicadas, devido ao caráter instrumental ao sistema econômico e político dominante, e que se encontram fora de qualquer controle social.

As questões ambientais não podem continuar como um privilégio de poucos, e as discussões devem incluir a escala global, ainda que muitas das aplicações dependam das relações que as comunidades locais mantêm com seus territórios. Se isso não for possível de alcançar, alguma equidade na distribuição dos benefícios gerados no território, o uso e conservação dos bens naturais ficam comprometidos dentro ética ambiental. A generalização nas diferentes sociedades humanas pode vir a garantir que o meio ambiente tenha resguardado seus bens e, com isso promover uma qualidade de vida aceitável para todas as sociedades.

Considerações Finais

Sabemos que o capitalismo se recicla de tempos em tempos, apesar de surgirem novas teses contrárias a essa ideia, como a que Leonardo Boff (2011) defendeu:

Tenho sustentado que a crise atual do capitalismo é mais que conjuntural e estrutural. É terminal. Chegou ao fim o gênio do capitalismo de sempre adaptar-se a qualquer circunstância. Estou consciente de que são poucos que representam esta tese. No entanto, duas razões me levam a esta interpretação. A primeira é a seguinte: a crise é terminal porque todos nós, mas particularmente, o capitalismo, encostamos nos limites da Terra. Ocupamos, depredando, todo o planeta, desfazendo seu sutil equilíbrio e exaurindo excessivamente seus bens e serviços a ponto de ele não conseguir, sozinho, repor o que lhes foi sequestrado. Já nos meados do século XIX Karl Marx escreveu profeticamente que a tendência do capital ia na direção de destruir as duas fontes de sua riqueza e reprodução: a natureza e o trabalho. É o que está ocorrendo. A natureza, efetivamente, se encontra sob grave estresse, como nunca esteve antes, pelo menos no último século, abstraindo das 15 grandes dizimações que conheceu em sua história de mais de quatro bilhões de anos. Os eventos extremos verificáveis em todas as regiões e as mudanças climáticas tendendo a um crescente aquecimento

global falam em favor da tese de Marx. Como o capitalismo vai se reproduzir sem a natureza? *Deu com a cara num limite intransponível. (20/06/2011).*

Na realidade temos assistido, até a atualidade, o sistema se modificar a cada crise, apesar das profecias terministas como a representada pelo ilustre autor, com transformações sistêmicas e, assim, a economia de mercado vai se mantendo. Dessa premissa, vemos que o sistema é capaz de se adaptar às novas demandas mercadológicas e morais inclusive, que surgem no seio da sociedade de consumo. Sendo assim, a atual crise será suplantada e o capitalismo, bem como a sociedade de consumo, construirá novos paradigmas para dar conta das novas demandas socioeconômicas. Dessa forma, ele pode ser capaz de incorporar as novas ideias emanadas do ambientalismo. Outrossim, até hoje ele foi capaz de modificar-se e manter-se como forma legítima de reprodução da subsistência, como fez após a crise de 1929, incorporando propostas não liberais como a keynesianista.

O pensamento capitalista se articula diante dos movimentos ambientalistas, procurando formas de adaptação ao modelo da sociedade técnico-científica e, conseqüentemente, incorporando como valores sistêmicos os novos anseios sociais. Por exemplo, as indústrias alimentícias vêm desenvolvendo pesquisas no intuito de ampliar a utilização de produtos orgânicos, diet e light, que estão associados à ideia de saúde, um importante tema da atualidade e que ganha espaço dentro da sociedade¹⁸.

Além disso, a preocupação em associar-se a projetos ambientais resulta em dividendos para as empresas, que assim aparentemente aderem ao conservacionismo, mas preservando sua essência de maximização do lucro, ainda que o planeta venha apresentando uma deterioração crescente de suas condições ambientais.

Portanto, o desenvolvimento de uma ética ambiental precisa ser construído consistentemente, a fim de introduzir valores realmente conservacionistas e abrangentes, não apenas na aparência como procura fazer o capitalismo. Para isso, a realização de fóruns que possa também envolver uma porção mais significativa da sociedade em debates produtivos, que podem ser mais frequentes, visando a superar os dilemas e consolidar uma nova ética. O planeta corre perigo, isso parece que ganha a consciência da sociedade, enquanto a filosofia não se mostra capaz de encontrar um novo paradigma que efetivamente possa açambarcar o senso de preservação todas as sociedades. De outra parte, buscar anular o avanço do capital predatório sobre o meio ambiente, criando uma consciência mais voltada para a sua proteção, passa pela atitude que leva a crença de que denunciando as práticas produtivas que devastam o meio ambiente não são legítimas, fazendo retroceder a sanha do capital e responsabilizando aqueles que buscam o lucro a qualquer preço.

¹⁸ Tema debatido no “Seminário sobre Economia Verde”, patrocinado pela FIESP, em julho de 2007.

O conjunto dos elementos necessários a uma transformação não pode prescindir da Geografia Política e nem ela pode abster-se de participar das formulações teóricas ambientais. Pois toda e qualquer modificação no sentido da preservação exige uma participação do Estado, com uma agenda propositiva ambiental, por isso a necessidade de uma nova geopolítica para determinar novas formas de organização para se desenvolver em qualquer circunstância, uma vez que a dimensão política não irá desaparecer. As novas geopolíticas já começaram a ser incorporadas as necessidades preservacionistas, a da água vem crescendo nos debates mundiais, porém não pode ficar setorizada por ser inerente aos estados e a complexidade das sociedades que governam.

Finalmente, ética ambiental e geografia política parecem ser indissociáveis, na medida em que os debates sobre a preservação encaminham, porém sem consenso ainda, para uma ação global, num sistema de nações acrescido de organismos internacionais e empresas, onde se procura construir uma ordem ambiental internacional, com geopolíticas dos recursos naturais e tendo como centro espaço e poder, ou seja, o controle do espaço. A geografia política nesta perspectiva é ainda mais considerada, pois o sistema internacional, apesar das mudanças promovidas pela globalização, ainda tem a prevalência dos Estados, legítimos, como atores principais e suas geopolíticas são determinantes para a resolução dos problemas relativos à preservação e inserção de novos padrões de relacionamento homem-natureza.

Referências

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R; HARPER, John L. **Ecologia – de Indivíduos a Ecossistemas**. 4ª. ed. Porto Alegre: Artemed, 2007.

BOFF, Leonardo. **Crise Terminal do Capitalismo?** Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/06/22/crise-terminal-do-capitalismo/>. Acessado em 22/07/2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1993.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

ISSA, Jorge; KWIATKOWSKI, Teresa.(coord) **Los Caminos de La Ética Ambiental**. Conacyt, México: Universidad Autonoma Metropolitana Iztapalaga; Editorial Plaza y Valdés, 1998.

LA BLACHE, Vidal de. **Des caractères distinctifs de la Géographie**. Paris: Annales de Géographie, 1913. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/vidal_de_la_blache/car_distincts_geographie/vidal_car_distincts_geo.pdf. Acessado em 12/07/2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Antonio C. Robert. **Ratzel**. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1992,

RATZEL, Friedrich. **O Solo, a Sociedade e o Estado**. Revista do Departamento e Geografia da USP, 1983, n.d.

_____. **O elemento humano na Geografia**. Disponível em: <http://novodicionariodegeografia.blogspot.com/2007/07/ratzel-friedrich-o-elemento-humano-na.html>. Data do acesso: 30/07/201.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIECHMANN, Jorge (org). **Ética Ecológica: Propuestas para una reorientación**. Montevideo: Editorial Nortan-Comunidad, 2004.

RITTER, Carl. **A Organização do Espaço na Superfície do Globo e sua Função na Evolução Histórica**. Discurso pronunciado em 1850. Disponível em: <http://ivairr.sites.uol.com.br/ritter.html>. Acesso em 01/07/07.

SALVADOR, Regina. **Geografia do Desenvolvimento Rural no Mundo em Desenvolvimento**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia, vol XIX, Porto: 2003, pp. 477-485.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4ª. ed. São Paulo: Edusp. 2004.

SOSA, Nicolás. **Ética Ecológica: Necesidad, posibilidad, justificación y debate**. Madrid: Libertarias/Prodhufi, 1990.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão & VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Geoestratégia Global – Economia, Poder e Gestão de Território**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira/Thompson Learning, 2001.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.